

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE MIRE DE TIBÃES



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
DE MIRE DE TIBÃES

RELATÓRIO
E
CONTAS GERÊNCIA
2019

[Handwritten signatures and initials]
Francisco P.
Maurício
[Signature]
[Signature]
[Signature]

Índice

Contas Gerência _____	2
Análise da Situação Económica e Financeira _____	3
Posição Financeira _____	5
Principais Rubricas de Gastos e Perdas _____	7
Principais Rubricas de Rendimentos e Ganhos _____	11
Situação Patrimonial e Resultado do Período _____	14
Proposta de Aplicação dos Resultados _____	15

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'P.F.', 'May', and '2022']

Anexos

Balanço 2019

Demonstração de Resultados 2019

Fluxos de Caixa 2019

Balancetes Dezembro, Fecho e Apuramento de Resultados de 2019

Anexo à Demonstração de Resultados e Balanço

Estimados Membros,

Dando cumprimento às atribuições estatutárias da Direção estabelecidas na alínea b) do artigo 19º dos Estatutos do Centro Social Paroquial de Mire de Tibães, a Direção submete à apreciação e aprovação do Concelho Fiscal, o presente relatório de contas do ano de 2019.

O presente documento tem como objetivo demonstrar a execução operacional e financeira, delineada e aprovada no Orçamento para o ano em análise.

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL), previstas pela normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo, abreviadamente designadas por ESNL aprovada pelo Decreto – Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

Para melhor compreensão e esclarecimento serão apresentados gráficos comparativos, balancetes, Demonstrações Financeiras, nomeadamente, o Balanço e Demonstração de Resultados por Natureza elaborados de acordo com normativo contabilístico que regula as IPSS, SNCSNL (Sistema de Normalização Contabilística Sector Não Lucrativo).

Os valores a seguir apresentados foram extraídos dos balancetes de fim de exercício, após conferidas e conciliadas as respetivas contas específicas que integram o plano estruturado para o Centro Social e Paroquial de Mire de Tibães.

Propomos e pedimos a todos os elementos o voto favorável para aprovação das contas de 2019.

Análise da Situação Económica e Financeira

➤ Breve Conceito

A situação económica traduz o património líquido que a Instituição possui, quantidade de bens e ativos que pertencem à Instituição.

Por sua vez, a situação financeira reflete os meios financeiros líquidos que a Instituição dispõe, estando diretamente refletida em termos contabilísticos, na classe das disponibilidades. Os valores apresentados na conta caixa e depósitos à ordem refletem a capacidade que a Instituição possui para poder fazer face às dívidas que tem, ou seja, a liquidez da qual dispõe para poder pagar as suas dívidas e honrar os seus compromissos.

A situação económica compreende o património total da Instituição, enquanto a situação financeira mede a capacidade que a Instituição tem para fazer face às suas dívidas, mas ambas estão estritamente relacionadas.

➤ Em termos de Análise do CSPMT

Analisada a situação económica e financeira do Centro Social Paroquial de Mire de Tibães, relativa ao exercício de 2019, e comparando com anos anteriores, verifica-se uma ligeira diminuição do passivo corrente em 3,05 % e um ligeiro aumento do ativo corrente de 2,56%.

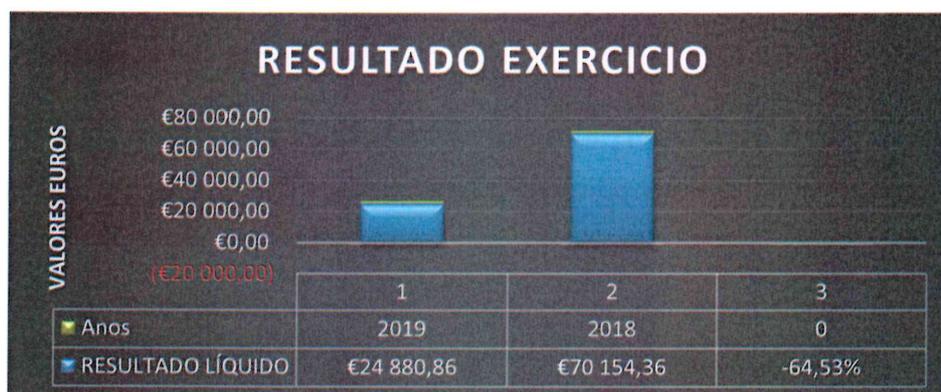
Ao nível da situação financeira e analisadas as principais rubricas que compõem as demonstrações financeiras, verifica-se que a situação da Instituição se encontra estável, existindo mesmo um aumento e melhoria em algumas variáveis, nomeadamente ao nível dos meios líquidos disponíveis, traduzido pelo aumento da capacidade da tesouraria, contribuindo para uma gestão mais equilibrada e cuidada.

De realçar mais uma vez, para a continuidade de uma gestão prudente e rigorosa, de forma a assegurar e reforçar a sustentabilidade dos exercícios futuros.

Conforme se pode verificar pela análise das rubricas do Ativo e Passivo que compõem o Balanço (anexo a este relatório), verifica-se relativamente ao ano corrente, uma ligeira diminuição do passivo da Instituição, face ao ano anterior. Essa diminuição reflete-se essencialmente, na rubrica de fornecedores.

O Resultado Líquido do exercício de 2019 foi positivo no valor de 24.880,86 € (vinte e quatro mil oitocentos e oitenta euros e oitenta e seis cêntimos) depois de deduzidas as Depreciações do exercício no montante de 25.265,80 €.

ANO	2019	2018
RESULTADO LÍQUIDO	24.880,86 €	70.154,36 €



Propormos, que este resultado do exercício seja aprovado e transferido para a conta 56-Resultados Transitados.

Posição Financeira

➤ Passivo Corrente e Não Corrente

O quadro seguinte reflete a evolução comparativa do passivo da Instituição.

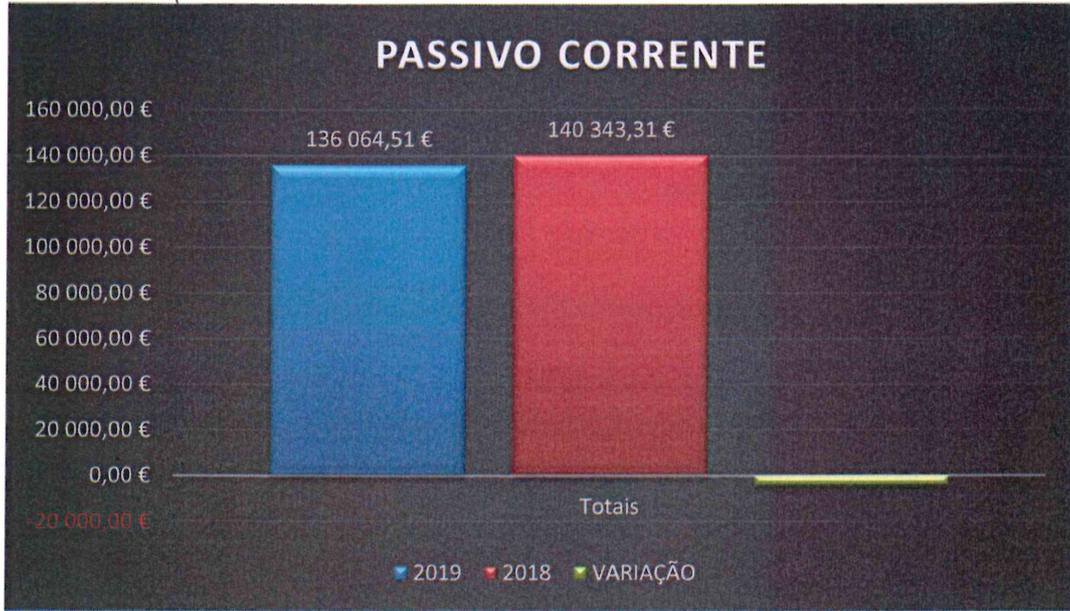
O passivo corrente ou passivo circulante corresponde às contas que sejam realizáveis ou às obrigações normalmente pagas ou exigíveis dentro do exercício social da Instituição, que é normalmente de um ano/12 meses, tais como férias e subsídios de férias, despesas incorridas, geradas e ainda não pagas a fornecedores, impostos (TSU), financiamentos obtidos, entre outros.

O passivo não corrente ou passivo não circulante corresponde às obrigações assumidas pela Instituição para com terceiros com carácter plurianual, ou seja, duração superior a um ano e corresponde na Instituição aos empréstimos obtidos, com a instituição financeira BPI.

Verificou-se no exercício de 2019 uma diminuição nas principais rubricas do passivo corrente, nomeadamente nos fornecedores. Pelo que a nível global registou-se uma pequena diminuição de 3,05% do passivo corrente da Instituição.

PASSIVO CORRENTE			%
ANOS	2019	2018	VARIAÇÃO
Fornecedores	16 325,27 €	32 393,94 €	-49,60%
Estado e outros entes públicos	10 768,96 €	8 089,07 €	33,13%
Pessoal	16 318,76 €	14 020,14 €	16,40%
Financiamentos Obtidos	31 000,00 €	29 076,00 €	6,62%
Outras Contas a Pagar	61 651,52 €	56 764,16 €	8,61%
Totais	136 064,51 €	140 343,31 €	-4 278,80 €
VARIAÇÃO (-)	%	-3,05%	

Pl.



Gastos e Perdas

Os gastos em 2019 atingiram um valor total de 460.363,92 €, sofreram um aumento de 10,69% comparativamente com o exercício anterior.

A rubrica Gastos com Pessoal foi a que absorveu a maior percentagem dos rendimentos criados e arrecadados, representando cerca de 66 % do total dos Gastos.

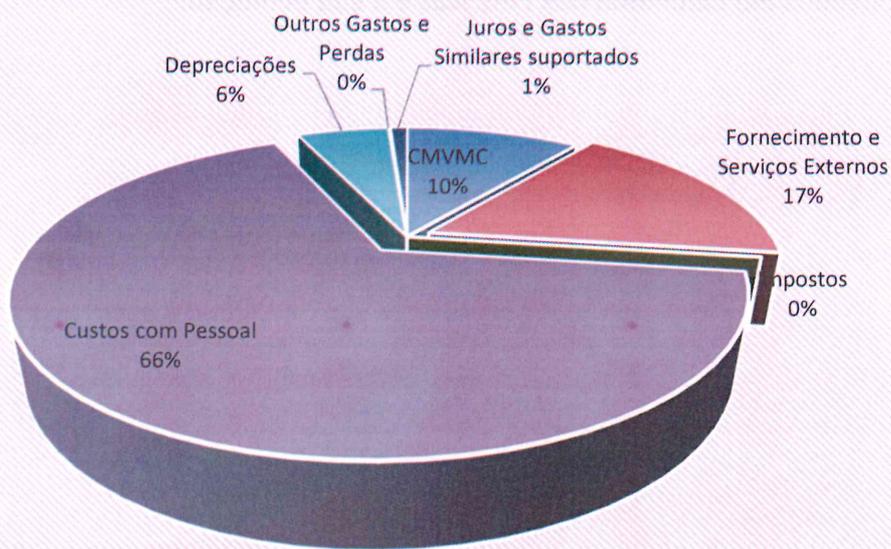
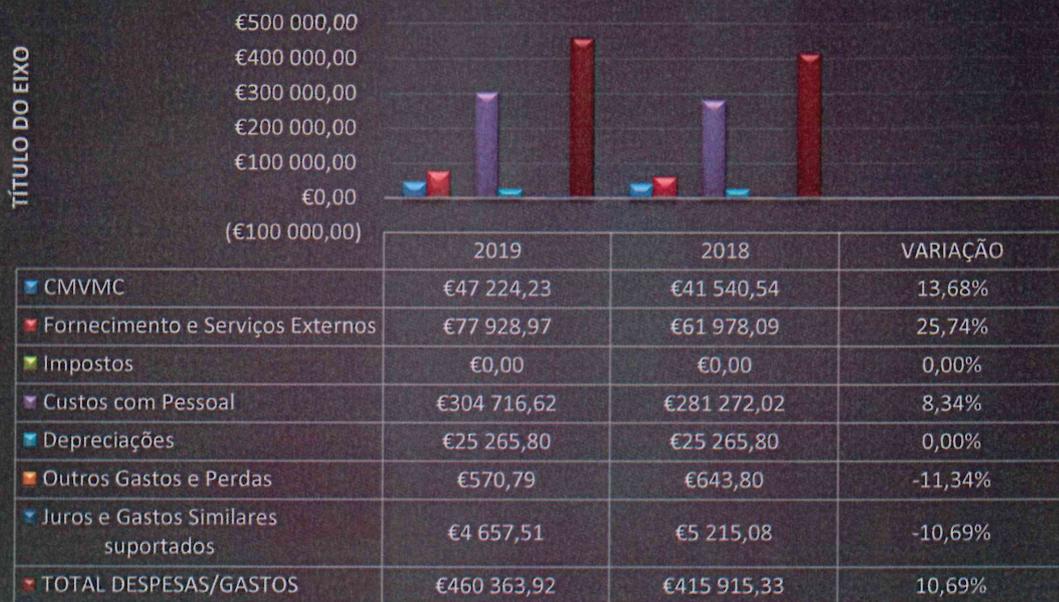
Os outros Gastos representam na sua totalidade cerca de 34 % dos gastos totais, sendo a rubrica FSE-Fornecimentos e Serviços Externos a que tem maior impacto nestes gastos, cerca de 17 %, conforme podemos verificar nos mapas a seguir.

De salientar, que a rubrica das depreciações comparativamente com o exercício anterior não sofreu qualquer alteração, uma vez que, não houve aquisições de bens do ativo no corrente ano.

Como já foi inicialmente referido a Direção têm assente a gestão do Centro Social e Paroquial de Mire de Tibães, numa gestão prudente e rigorosa, de forma a assegurar e reforçar a sustentabilidade dos exercícios futuros.

Para melhor compreensão e análise, podemos traduzir os gastos, com base nos gráficos, onde se demonstra os montantes aplicados em cada uma das rubricas e a sua evolução.

DESPESAS/GASTOS

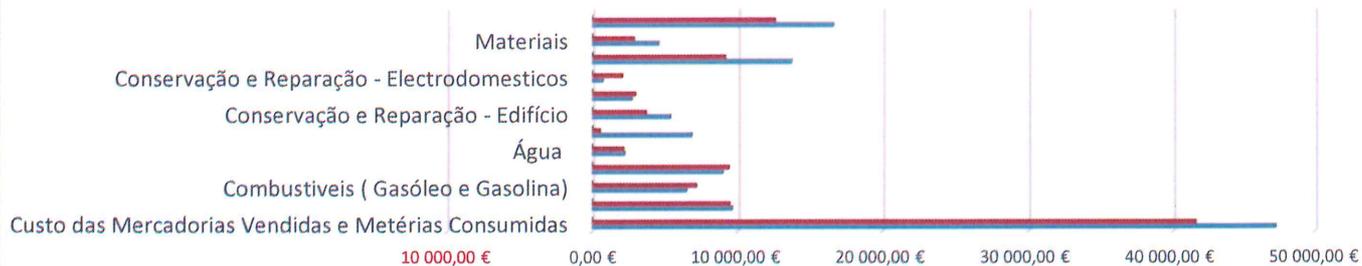


Despesas/Gastos com maior Impacto 2019

Pl.
[Handwritten signatures and initials]

Fornecimento e Serviços Externos	Peso por rubrica 2019	2019	2018	Varição
Custo das Mercadorias Vendidas e Metérias Consumidas	37,73%	47 224,23 €	41 540,54 €	13,68%
Electricidade	7,70%	9 633,29 €	9 451,07 €	1,93%
Combustiveis (Gasóleo e Gasolina)	5,19%	6 491,87 €	7 157,32 €	-9,30%
Gás	7,18%	8 990,04 €	9 398,43 €	-4,35%
Água	1,79%	2 243,81 €	2 148,03 €	4,46%
Honorários	5,47%	6 840,50 €	525,00 €	1202,95%
Conservação e Reparação - Edifício	4,29%	5 367,92 €	3 688,59 €	45,53%
Conservação e Reparação - Automóveis	2,19%	2 738,37 €	2 965,91 €	-7,67%
Conservação e Reparação - Electrodomesticos	0,58%	727,84 €	2 067,03 €	-64,79%
Trabalhos Especializados	10,97%	13 725,55 €	9 147,38 €	50,05%
Materiais	3,64%	4 561,67 €	2 864,43 €	59,25%
Outros Gastos (Comunicação/Seguros/Limpeza/etc)	13,27%	16 608,11 €	12 564,90 €	32,18%
Totais	100,00%	125 153,20 €	103 518,63 €	20,90%

Rubricas de Gastos - Fornecimentos e Serviços Externos 2019

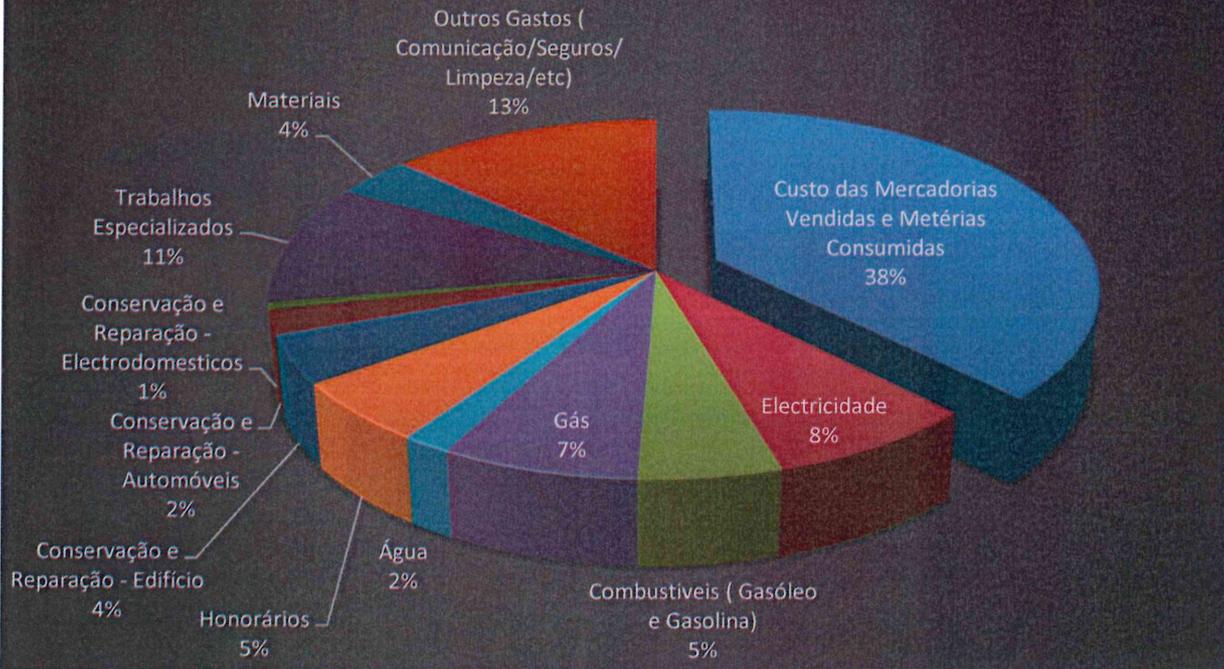


	Custo das Mercadorias Vendidas e Metérias Consumidas	Electricidade	Combustiveis (Gasóleo e Gasolina)	Gás	Água	Honorários	Conservação e Reparação - Edifício	Conservação e Reparação - Automóveis	Conservação e Reparação - Electrodomesticos	Trabalhos Especializados	Materiais	Outros Gastos (Comunicação/Seguros/Limpeza/etc)
■ Varição	13,68%	1,93%	-9,30%	-4,35%	4,46%	1202,95%	45,53%	-7,67%	-64,79%	50,05%	59,25%	32,18%
■ 2018	41 540,54	9 451,07	7 157,32	9 398,43	2 148,03	525,00 €	3 688,59	2 965,91	2 067,03	9 147,38	2 864,43	12 564,90
■ 2019	47 224,23	9 633,29	6 491,87	8 990,04	2 243,81	6 840,50	5 367,92	2 738,37	727,84 €	13 725,55	4 561,67	16 608,11



[Handwritten signatures and text]
Mire de Tibães

Peso de cada variavel na Conta FSE



Rendimentos e Ganhos

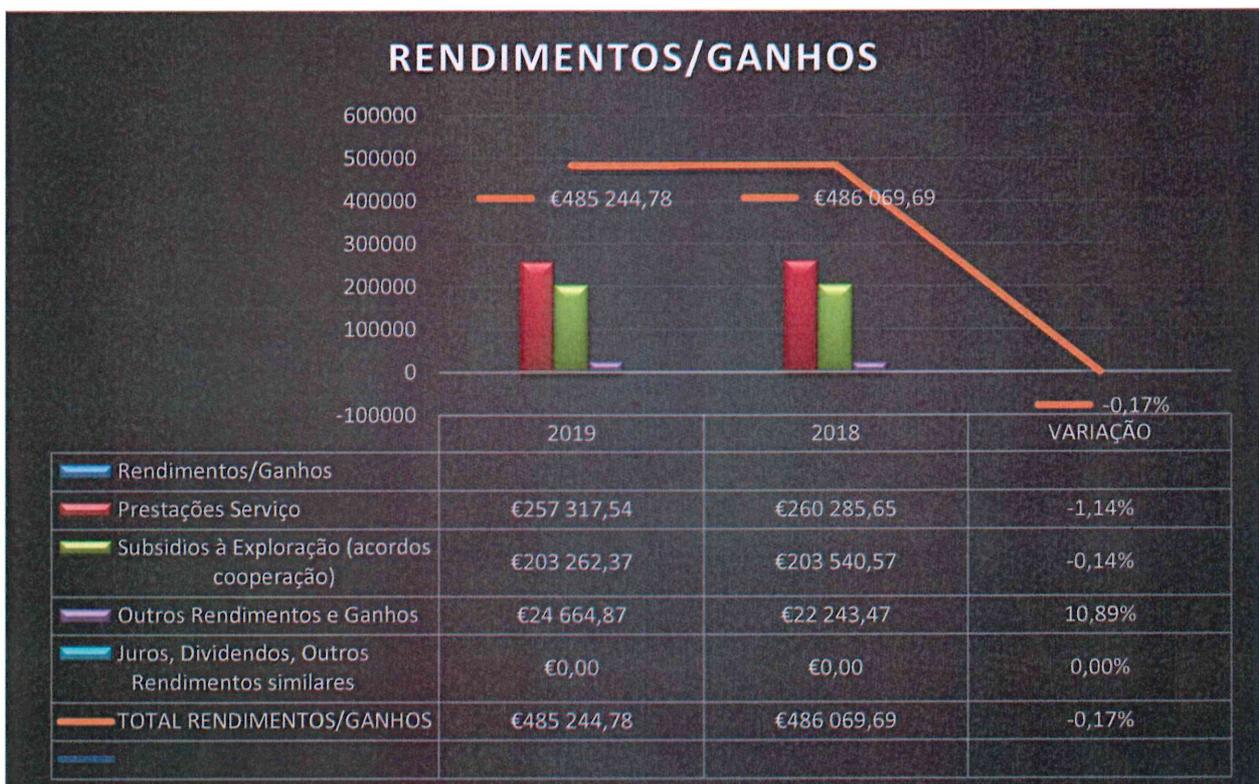
Os Rendimentos evidenciam a capacidade de financiamento da Instituição para fazer face às despesas.

Os Rendimentos em 2019 ascenderam um valor de 485.244,78 €.

Do total dos rendimentos criados e arrecadados, cerca de 58 % são Rendimentos Próprios e 42 % são Rendimentos provenientes do Estado, nomeadamente do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social.

Conclui-se que a Instituição no ano de 2019, arrecadou 485.244,78 € de Rendimentos para fazer face a um volume de Gastos de 460.363,92 €, apresentando um lucro social de 24.880,86 €.

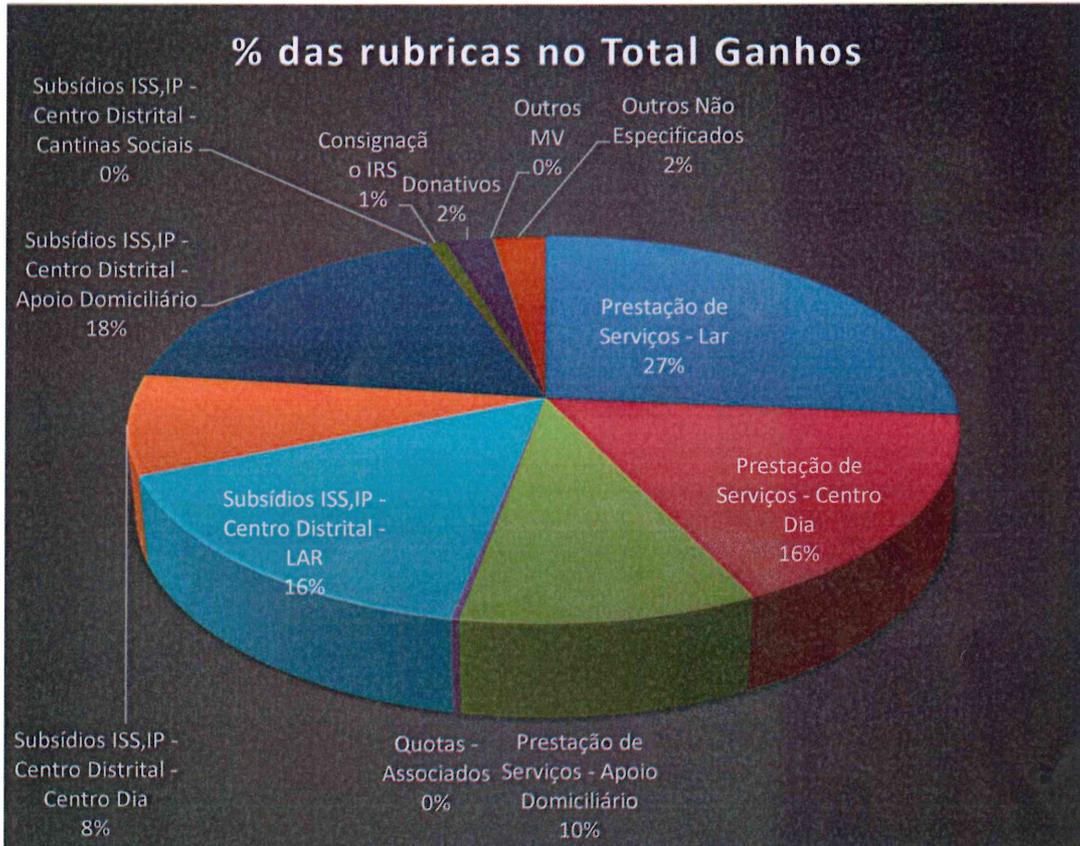
Os Rendimentos em 2019 tiveram a seguinte distribuição pelas diferentes fontes de receita.





RENDIMENTOS E GANHOS	Peso por rubrica 2019	2019	2018	Varição
Prestação de Serviços - Lar	102,66%	128 485,41 €	123 727,45 €	3,85%
Prestação de Serviços - Centro Dia	63,73%	79 755,39 €	82 628,17 €	-3,48%
Prestação de Serviços - Apoio Domiciliário	38,22%	47 831,74 €	50 855,03 €	-5,94%
Quotas - Associados	0,99%	1 245,00 €	1 425,00 €	-12,63%
Subsídios ISS,IP - Centro Distrital - LAR	60,56%	75 797,49 €	78 716,17 €	-3,71%
Subsídios ISS,IP - Centro Distrital - Centro Dia	32,29%	40 406,91 €	39 263,05 €	2,91%
Subsídios ISS,IP - Centro Distrital - Apoio Domiciliário	68,38%	85 579,99 €	83 466,48 €	2,53%
Subsídios ISS,IP - Centro Distrital - Cantinas Sociais	0,00%	0,00 €	1 650,00 €	-100,00%
Consignação IRS	3,21%	4 015,39 €	3 144,91 €	27,68%
Donativos	8,06%	10 090,75 €	2 161,05 €	366,94%
Outros MV	0,26%	322,00 €	6 273,22 €	-94,87%
Outros Não Especificados	1,43%	1 794,71 €	2 839,16 €	-36,79%
	379,79%	475 324,78 €	476 149,69 €	-0,17%

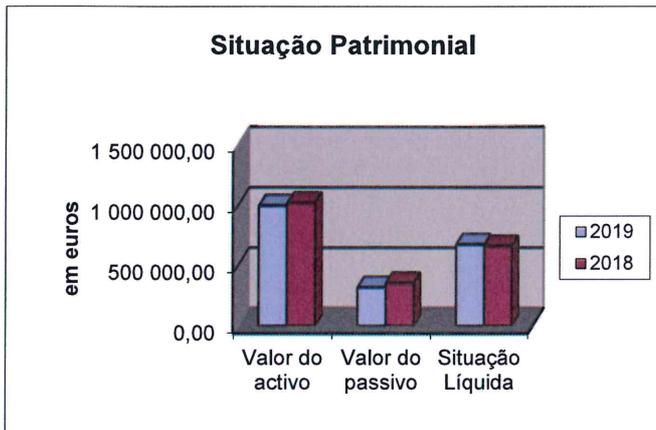
Handwritten notes and signatures:
P.H.
Mant
LQ
B
B



Situação Patrimonial e Resultado do Período

Situação Patrimonial

Ano	2019	2018
Valor do Ativo	998.738,44 €	1.019.452,91€
Valor do Passivo	320.649,83 €	356.325,16€
Situação Líquida	678.088,61 €	663.127,75€



Evolução:

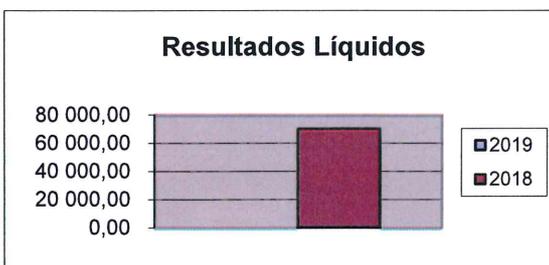
Positiva Negativa Estável

Posição:

Boa Má Equilibrado

Resultado do Período

Ano	2019	2018
Resultados	24.880,86 €	70.154,36 €



Proposta de Aplicação de Resultados

A Direção propõe à consideração dos Corpos Gerentes a seguinte aplicação dos resultados:

Que o resultado líquido apurado, no valor 24.880,86€ (vinte e quatro mil oitocentos e oitenta euros e oitenta e seis cêntimos), seja transferido para a rubrica de Resultados transitados.

Feita a demonstração das Contas do exercício de 2019, com o auxílio de todos os elementos contabilísticos disponíveis e necessários, que anexamos, esperamos merecer de todos a aprovação das Contas e do Balanço, convictos de termos feito o melhor possível, e com a promessa de continuarmos a desenvolver todos os esforços para o engrandecimento desta Instituição.

Esperamos a compreensão e colaboração de todos, que desde já agradecemos.

A Direção

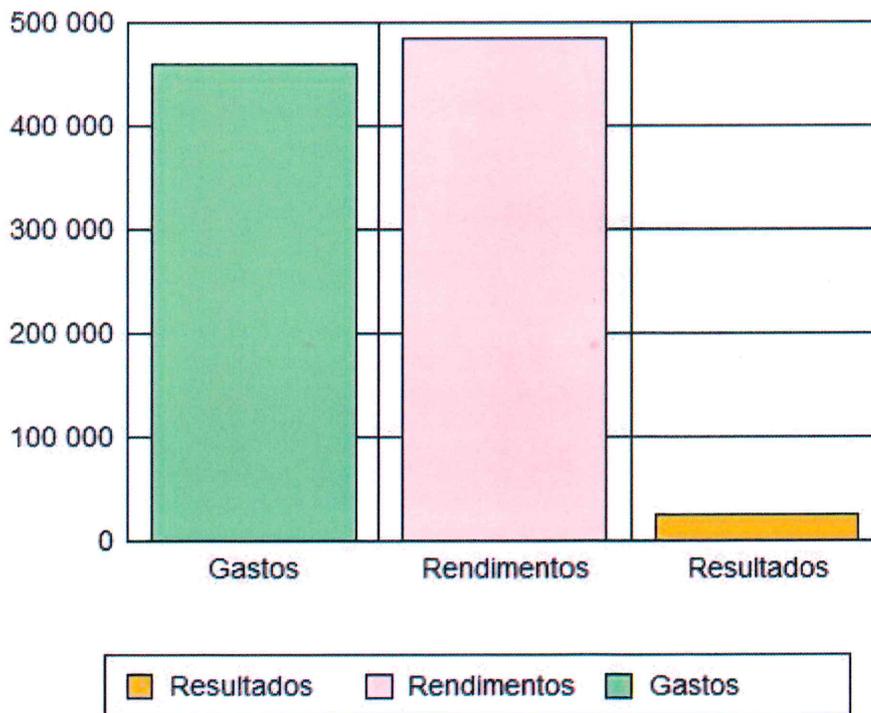
*Francisco José
João Luís
João António
José Fernando
D. José*

Análise de Gastos e Rendimentos

Ano de 2019

(Valores em Euros)

Gastos		Rendimentos	
61	47 224,23	71	0,00
62	77 928,97	72	257 317,54
63	304 716,62	73	0,00
64	25 265,80	74	0,00
65	0,00	75	203 262,37
66	0,00	76	0,00
67	0,00	77	0,00
68	570,79	78	24 664,87
69	4 657,51	79	0,00
460 363,92		485 244,78	
Resultados Líquidos: 24.880,86			



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERIÓDICA

PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2019 A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados		257.317,54	260.285,65
Subsídios, doações e legados à exploração		203.262,37	203.540,57
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		47.224,23	41.540,54
Fornecimentos e serviços externos		77.928,97	61.978,09
Gastos com o pessoal		304.716,62	281.272,02
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		24.664,87	22.243,47
Outros gastos		570,79	643,80
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		54.804,17	100.635,24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		25.265,80	25.265,80
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		29.538,37	75.369,44
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		4.657,51	5.215,08
Resultados antes de impostos		24.880,86	70.154,36
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		24.880,86	70.154,36

João António
 João António
 Jorge Santos

[Assinatura]

Centro Social Paroquial de Mire de Tibães
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte : 506450210

Moeda : (Valores em Euros)

DATAS

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/19	31/dez/18
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		844 729,15	869 994,95
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		1 382,93	655,24
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		846 112,08	870 650,19
Ativo corrente			
Inventários		1 218,39	1 607,25
Créditos a receber – Utentes		1 755,42	2 935,47
Estado e outros entes públicos		1 542,14	1 613,71
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		1 210,24	2 066,51
Outros ativos correntes		2 530,69	10 976,22
Caixa e depósitos bancários		144 369,48	129 603,56
		152 626,36	148 802,72
Total do ativo		998 738,44	1 019 452,91
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		61 077,61	61 077,61
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		275 330,14	205 175,78
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		316 800,00	326 720,00
		653 207,75	592 973,39
Resultado líquido do período		24 880,86	70 154,36
Total dos fundos patrimoniais		678 088,61	663 127,75
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		184 585,32	215 981,85
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		184 585,32	215 981,85
Passivo corrente			
Fornecedores		16 325,27	32 393,94
Estado e outros entes públicos		10 768,96	8 089,07
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		52,33	23,95
Financiamentos obtidos		31 000,00	29 076,00
Diferimentos		0,00	8 373,29
Outros passivos correntes		77 917,95	62 387,06
		136 064,51	140 343,31
Total do passivo		320 649,83	356 325,16
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		998 738,44	1 019 452,91

A Direção

O responsável

Francisco Joazeiro

[Assinatura]

Centro Social Paroquial de Mire de Tibães
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODICA
PERÍODO FINDO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2019

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		250 994,15	254 098,69
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		137 152,61	93 523,03
Pagamentos ao pessoal		211 288,57	199 672,42
	Caixa gerada pelas operações	-97 447,03	-39 096,76
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-203,82	-3,50
Outros recebimentos/pagamentos		146 546,81	85 162,48
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	48 895,96	46 062,22
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	0,00	0,00
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		29 472,53	28 889,40
Juros e gastos similares		4 657,51	5 215,08
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-34 130,04	-34 104,48
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		14 765,92	11 957,74
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		129 603,56	117 645,34
Caixa e seus equivalentes no fim do período		144 369,48	129 603,56

A Direcção

João Ernesto
João Ernesto
 JOÃO ERNESTO

O Responsável

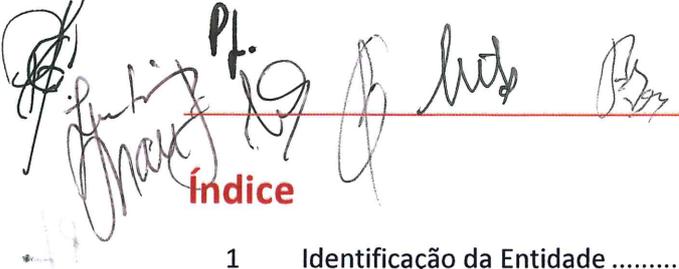
[Assinatura]

[Handwritten signatures and initials]
PL
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Centro Social Paroquial de Mire de Tibães

Anexo

31 de Dezembro de 2019



Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	12
5	Ativos Fixos Tangíveis	12
6	Ativos Intangíveis	14
7	Locações	14
8	Custos de Empréstimos Obtidos	15
9	Inventários	15
10	Rédito	16
11	Subsídios do Governo e apoios do Governo	16
12	Imposto sobre o Rendimento	16
13	Benefícios dos empregados	16
14	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
15	Outras Informações	17
15.1	Investimentos Financeiros	17
15.2	Clientes e Utentes	18
15.3	Outras contas a receber	18
15.4	Diferimentos	19
15.5	Caixa e Depósitos Bancários	19
15.6	Fundos Patrimoniais	19
15.7	Fornecedores	19
15.8	Estado e Outros Entes Públicos	20
15.9	Outras Contas a Pagar	20
15.10	Subsídios, doações e legados à exploração	20
15.11	Fornecimentos e serviços externos	21
15.12	Outros rendimentos	21
15.13	Outros gastos	21
15.14	Resultados Financeiros	22
15.15	Acontecimentos após data de Balanço	22

1 Identificação da Entidade

O “Centro Social Paroquial de Mire de Tibães” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “pessoa jurídica canónica de natureza pública” com estatutos publicados no Diário da República n.º 03/04, do livro 06, folhas 111v, Série II, com sede em Rua dos Verdes, n.º 4, Mire de Tibães, 4700-565 Braga. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Estrutura Residência para pessoas idosas
- Centro de Dia
- Apoio Domiciliário

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

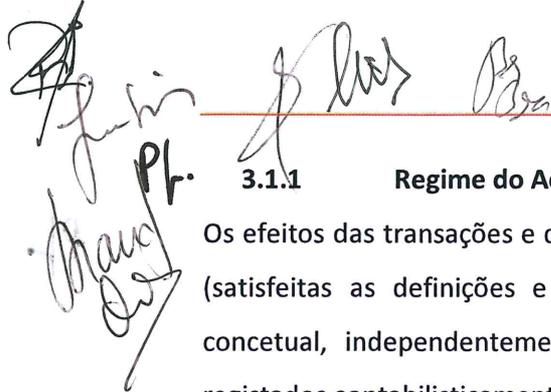
3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

[Handwritten signatures and initials on the right margin]



3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

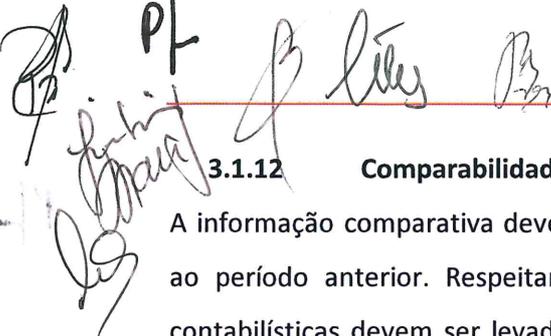
3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

Handwritten signatures and initials on the right margin of the page, including a large signature at the top, followed by 'P/H', 'Mout', and other illegible marks.



3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

A Entidade não regista movimento nesta rubrica.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

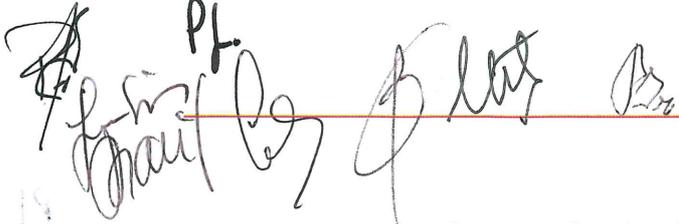
As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	5

A vida útil de cada ativo, deve ser revista anualmente, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.



3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo .

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo

do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 17% ou 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2018, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

No período de 2019, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	59 856,00					59 856,00
Edifícios e outras construções	979 908,92					0,00
Equipamento básico	85 761,11					85 761,11
Equipamento de transporte	71 280,36	2 200,00	850,00			72 630,36
Equipamento biológico	15 795,11					15 795,11
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	523,55					523,55
Total	233 216,13	2 200,00	850,00	0,00	0,00	234 566,13
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	176 182,92					176 182,92
Equipamento básico	85 298,16					85 298,16
Equipamento de transporte	66 680,36					66 680,36
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	15 795,11					15 795,11
Outros Ativos fixos tangíveis	523,55					523,55
Total	344 480,10	0,00	0,00	0,00	0,00	344 480,10

Descrição	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	59 856,00					59 856,00
Edifícios e outras construções	979 908,92					0,00
Equipamento básico	85 761,11					85 761,11
Equipamento de transporte	72 630,36					72 630,36
Equipamento biológico	0,00					15 795,11
Equipamento administrativo	15 795,11					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	523,55					523,55
Total	234 566,13	0,00	0,00	0,00	0,00	234 566,13
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	195 781,10					195 781,10
Equipamento básico	86 115,78					86 115,78
Equipamento de transporte	71 530,36					71 530,36
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	15 795,11					15 795,11
Outros Ativos fixos tangíveis	523,55					523,55
Total	369 745,90	0,00	0,00	0,00	0,00	369 745,90

6 Ativos Intangíveis

A Entidade não regista no seu património bens dos ativos intangíveis.

7 Locações

A Entidade não regista movimentos nesta rubrica.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2019			2018		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	31 00000,	184 585,32	215 585,32	29 076,00	215 981,85	245 057,85
Loações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	31 000,00	184 585,32	215 585,32	245 057,85	215 981,85	245 057,85

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2018				2019		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	43 147,79	0,00	1 607,25	46 835,37	0,00	1 218,39
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	0,00	43 147,79	0,00	1 607,25	46 835,37	0,00	1 218,39
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				41 540,54			47 224,23
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	256 072,54	257 210,65
Quotas e joias	1 245,00	1 425,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Cantinas Sociais	0,00	1 650,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	257 317,54	260 285,65

11 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Governo		
	203 262,37	203 540,57
Apoios do Governo		
Total	203 262,37	203 540,57

12 Imposto sobre o Rendimento

No ano de 2019, não houve imposto corrente contabilizado.

Descrição	2019	2018
IRC Liquidado		
Tributação Autónoma		
Total	0,00	0,00

13 Benefícios dos empregados

O número de membros do órgão da direção, nos períodos de 2019 e 2018, foram, seis.

Os órgãos da direção não usufruem de remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de “27” e em 31/12/2019 foi de 29.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	250 618,86	228 822,25
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	-2 082,38	0,00
Encargos sobre as Remunerações	51 734,33	48 691,95
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3 785,51	2 840,99
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	660,30	916,83
Total	304 716,62	281 272,02

14 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2012 e 2011, foram de 0,00€ em cada um dos períodos.

15 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”- Instituição de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP – IGFCSS, IP. A instituição é obrigada a efetuar para fundos de compensação, entregas de 1%, sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013.

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

Descrição	2019	2018
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	1 382,93	655,24
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	1 382,93	655,24

15.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2019	2018
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	1 755,42	2 935,47
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	1 755,42	2 935,47

15.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	2 530,69	10 976,22
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	2 530,69	10 976,22

15.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a Reconhecer		
Total	0,00	8 373,29
Rendimentos a Reconhecer		
Total	1 210,24	2 066,51

15.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2019	2018
Caixa	154,28	44,28
Depósitos à ordem	144 215,20	114 451,74
Depósitos a prazo	0,00	15 107,00
Outros		
Total	129 603,56	117 645,34

15.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	61 077,61	0,00	0,00	61 077,61
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	205 175,78	70 154,36	0,00	275 330,14
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	326 720,00	0,00	-9 920,00	316 800,00
Total	592 973,39	70 154,36	-9 920,00	653 207,75

15.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	16 325,27	32 393,94
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	16 325,27	32 393,94

[Handwritten signatures and initials]
 P.F.
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

15.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – Reembolso bens alimentares	1 542,14	1 613,71
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	1 542,14	1 613,71
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	504,84	305,75
Segurança Social	9 426,38	7 530,50
Outros Impostos e Taxas – FCT/FCGT	73,83	62,13
Total	10 005,05	7 592,63

15.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		16 318,76		14 020,14
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		13 522,75		-4 230,43
Total	0,00	29 841,51	0,00	9 789,71

15.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Estado e outros entes públicos	201 784,39	201 445,70
Subsídios de outras entidades	1 477,98	2 094,87
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	203 262,37	203 540,57

15.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	4 600,00	-439,10
Serviços especializados	29 400,18	18 393,91
Materiais	4 561,67	2 864,43
Energia e fluidos	27 359,01	28 154,85
Deslocações, estadas e transportes	2,60	3,25
Serviços diversos	12 005,51	13 000,75
Total	77 928,97	61 978,09

15.12 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	53,35	9,65
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	125,00
Outros rendimentos	24 611,52	22 108,82
Total	24 664,87	22 243,47

15.13 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	55,52	66,08
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	515,27	577,72
Total	570,79	643,80

Handwritten signatures and initials:
 - Top: A signature with a large flourish.
 - Middle: "P.F." written vertically.
 - Below: "May" written vertically.
 - Further down: "le" written vertically.
 - Below that: A large signature.
 - Further down: "Mud" written vertically.
 - Bottom: A signature.

15.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	4 632,26	5 215,08
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	25,25	0,00
Total	4 657,51	5 215,08
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-4 657,51	-5 215,08

15.15 Acontecimentos após data de Balanço

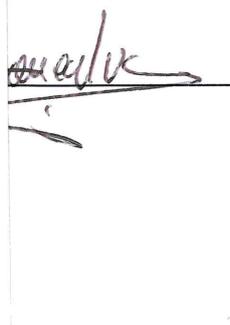
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Direção.

Mire de Tibães, 31 de dezembro de 2019

O Contabilista Certificado



A Direção

